



2 SOCIAIS APLICADAS



2.6 Políticas Públicas

Modalidade: Trabalho completo

2.6 2833

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS PARA IDOSOS PREVISTAS NO ESTATUTO DO IDOSO E NA
POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO:
ANÁLISE SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA/SC**

Camila Bueno Alfredo

Mauricio Da Cunha Savino Filó

Universidade Do Extremo Sul Catarinense - Unesc - Curso de Direito

Este estudo adotou como principal objetivo pesquisar as políticas públicas sociais para pessoas idosas, bem como verificar se as mesmas estão sendo cumpridas pelo município de Morro da Fumaça - SC, conforme as dispõe Estatuto do Idoso e a Política Nacional do Idoso. A metodologia adotada foi o método indutivo e a pesquisa bibliográfica. O trabalho também é de caráter doutrinário. As exigências das leis n. 8.842/94 que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e Lei n. 10.741/03 que estabelece o Estatuto do Idoso visam a melhoria na qualidade de vida e surgem como condição para permitir aos idosos acompanharem as constantes evoluções da sociedade, adaptando e participando ativamente desse ritmo acelerado de mudanças. No entanto, mesmo observando o aumento significativo dos idosos no Brasil, as Políticas Públicas, ainda se apresentam insatisfatórias para atender a demanda que se amplia rapidamente. Trazendo essa realidade para Morro da Fumaça constata-se que as demandas sociais dos idosos se avolumam e passam a se constituir em desafios para a sociedade política e civil. A luta pela construção de uma sociedade democrática impõe o resgate da dívida social, historicamente acumulada. Nesse sentido, este trabalho se propôs a verificar até que ponto o poder público de Morro da Fumaça, por meio das políticas públicas direcionadas a esse segmento da população está se mobilizando para propiciar aos idosos, uma velhice mais digna e de qualidade, na qual possam exercer plenamente a cidadania sendo partícipes da sociedade que integram.

PALAVRAS – CHAVE: Idosos; Legislação; Políticas Públicas; Demandas Sociais.

Modalidade: Resumo de Pesquisa

2.6 2627

**A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM SANTA CATARINA E AS TRANSFORMAÇÕES
RESULTANTES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Laura Zopelaro; Letícia Barretto; Kelly Gianezini

Universidade do Extremo Sul Catarinense

Introdução:

O Brasil atualmente vive uma contradição: o alto investimento financeiro no ensino superior contrasta com o acesso restrito e a expansão insípida dos últimos anos. A educação, fator essencial do crescimento nacional, requer um mapeamento das instituições que oferecem o ensino superior. Somado a um breve histórico de crescimento e atuação, com foco em Santa Catarina, este quadro possibilita uma visão mais clara de como aplicar as mudanças necessárias para o desenvolvimento das instituições e as transformações oriundas das políticas públicas.

INEP: **Censo da Educação Superior.**

Disponível em:

<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 13 set. 2015.

Fonte financiadora:

Bolsa de iniciação científica PIBIC fornecida pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

Metodologia:

A metodologia aplicada inicialmente é uma pesquisa bibliográfica, para conceituar políticas públicas, ensino superior e educação superior.

Resultados e Discussão:

Esta pesquisa está em fase de desenvolvimento, tendo sido iniciada, recentemente, no segundo semestre de 2015. Por este motivo ainda não foi possível alcançar resultados expressivos.

Referências:

FRANCO, Alexandre de Paula. **Ensino Superior no Brasil: cenário, avanços e contradições.** Jornal de Políticas Educacionais, julho/dezembro, 2008, p. 53-63.

Disponível em:

http://www.jpe.ufpr.br/n4_6.pdf Acesso em: 13 set. 2015.

Modalidade: Trabalho completo

2.6 2561

FORMULAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO BOLSA FAMÍLIA: UMA VISÃO INTERDISCIPLINAR

Henrique Rabello Serafim¹, Ismael Gonçalves Alves, Dr.²

¹UNESC/PPGDS/henriqueserafim@bol.com.br

²UNESC/PPGDS/iga@unesc.net

Resumo: A assistência social permeia a estruturação de um Estado, que dependendo do modelo aplicado, pode ter maior ou menor alcance, e ser vista como um direito ou uma benevolência. A transferência direta de renda aos necessitados constitui numa das atribuições do estado de Bem-Estar Social bem como parte de um conjunto de direitos e uma conquista da cidadania. Por meio das mais diversas tipologias de políticas públicas e, dentre estas as políticas assistenciais, o Estado faz essa intervenção na sociedade para minimizar as desigualdades agravadas pelo sistema capitalista. No Brasil, o programa do Bolsa Família possui a funcionalidade redistributiva de prestar assistência a população considerada marginalizada. Este estudo pretende desmistificar a importância do estudo interdisciplinar, e demonstrar como no referido programa as várias áreas do conhecimento se unirão para resolver os conflitos sociais para a formulação, implantação e adequação do Bolsa Família. Para alcançar uma resposta deste cenário tão estudado e explorado como é o programa do Bolsa Família, se utilizará a pesquisa interdisciplinar pura, através de métodos indutivos, abordagem qualitativa, com o objetivo descritivo, estratégias etnográficas e documental e a utilização de análise multivariada de dados, crendo-se que sejam meios de concretude e satisfação para a análise do objeto aqui estudado.

Palavras-chave: Bolsa Família; Política Social; Assistência.

Modalidade: Resumo de Pesquisa

2.6 2510

ESTUDO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Letícia Barretto; Laura Zopelaro; Kelly Gianezini

Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

Introdução:

O índice de acesso ao ensino superior ainda está relativamente baixo, segundo o IBGE/Pnad o número de matrículas da população de 18 a 24 anos no ensino superior é de 16, 5% em 2013, porém, outra questão é a de permanência no ensino superior, em que a média de evasão em 2009 segundo o MEC chegou 20,9%. Devido a essa realidade existe a necessidade problematizar a existência de políticas públicas e ações afirmativas já implantadas ou em fase de implantação nas redes públicas e privadas de ensino superior. Diante disso, questiona-se: a existência de políticas públicas para a educação superior proporcionaria uma maior abrangência de pessoas de diferentes classes sociais e etnias? O objetivo da pesquisa é identificar as distintas políticas públicas e ações afirmativas voltadas para a educação superior no Brasil e em Santa Catarina e, a seguir, analisá-las.

Metodologia:

Inicialmente realizou-se uma pesquisa bibliográfica, para conceituar políticas públicas e ações afirmativas, observar alguns parâmetros na educação brasileira relacionados ao tema e identificar as políticas públicas e ações afirmativas já aplicadas em algumas instituições.

Resultados e Discussão:

Embora a pesquisa se encontre em fase inicial (tendo sido iniciada no segundo semestre de 2015) pode-se encontrar os seguintes resultados: (a) há diferença conceitual entre políticas públicas e ações afirmativas; (b) há diferença conceitual de políticas públicas entre autores do direito, da

ciência política, sociologia e educação, porém elas se complementam; e (c) em algumas referências há conflito entre o conceito de ações afirmativas e cotas universitárias.

Conclusão:

Até o presente momento foi possível observar existe distintas políticas públicas e ações afirmativas no Brasil e em Santa Catarina, as quais serão analisadas n.

Referências:

BRASIL. IBGE/ TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Porcentagem de matrículas da população de 18 a 24 anos na Educação Superior.** 2013. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/met-as-pne/12-ensino-superior>>. Acesso em: 13 set. 2015.

KRUGER JUNIOR, P. R. et al. **Pesquisando causas e possíveis soluções para a problemática da evasão em um curso de administração numa universidade pública no sul do brasil.** 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/31139/7.16.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 13 set. 2015.

Fonte financiadora:

Bolsa de iniciação científica PIBIC fornecida pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) com início em agosto de 2015.

Modalidade: Resumo de Pesquisa

2.6 2494

AGÊNCIAS DE FOMENTO PARA P&D E A EVOLUÇÃO DAS PUBLICAÇÕES

Janir de Quadra Paim, Cristina Keiko Yamaguchi, Adriana Carvalho Pinto Vieira

Grupo de Pesquisa Estratégica, Competitividade e Desenvolvimento – GECOMD – UNESC

Introdução:

Apesar da existência das agências de fomentos para pesquisas e desenvolvimento públicos e privados ou fundações de grandes empresas, não se tem ampla divulgação de como acessá-las para obtenção de recursos. Este artigo pretende demonstrar quais são os principais agentes de fomentos na pesquisa e desenvolvimento no país, sua importância, suas políticas de atuações e suas contribuições no desenvolvimento sócio econômico do país

Metodologia:

Os procedimentos metodológicos adotados foram: pesquisa Bibliográfica com dados secundários coletados nas páginas de site das agências de fomento a Pesquisa e Desenvolvimento. Em relação à abordagem este trabalho caracteriza-se como pesquisa descritiva, documental, com abordagem qualitativa. Buscou-se identificar as principais agências de fomentos para P&D, caracterizando-as conforme suas afinidades e sua representatividade em relação ao montante total do país, investido na área de P&D do Brasil.

Resultados e Discussão:

O orçamento público federal destinado para P&D, esta vinculada aos ministérios, que por meio de editais direcionam recursos para a pesquisa. A distribuição entre o setor público e privado, em uma análise do período de 2000 a 2013, verifica-se que ambos os setores tiveram aumento em relação ao PIB, sendo que no setor público passou de 0,54% para 0,74%, enquanto que o setor privado passou de 0,50% para 0,52% representando no total um crescimento 0,20% de investimento em P&D. Com relação ao número de grupos de pesquisa em 2014, já eram 35.424. Com o aumento do número de pesquisadores o número de artigos científicos brasileiros passaram a ter uma melhor representatividade no número de

artigos científicos na América Latina e no mundo, passando de 0,79% em relação ao número de artigos do mundo para 2,45%. Isto representou um aumento de mais de 100% na participação em artigos publicados em periódicos científicos. Com o crescimento do número de grupos de pesquisas, e o número de publicações científicas de autores brasileiros, a importância brasileira nas pesquisas no cenário mundial também cresceu, onde as citações das publicações de artigos com autoria brasileira no período de 1996 a 2012, mais que triplicou, passando de 0,62% para 1,98% em relação ao mundo. Sendo que uma das áreas que tiveram mais destaque no crescimento foi a área de sociais aplicadas, onde a representatividade passou de 5,32% do total em 2000 para 11,57% em 2014. Reflexo este do aumento do número de grupos de pesquisa que apresentou um crescimento de 7,9% do total para 13,7% em 2014.

Conclusão:

Pode-se concluir que o aumento em valores nominais em pesquisa vinculados aos ministérios vem fortalecendo a pesquisa no âmbito nacional, cabendo destacar o aumento significativo dos grupos de pesquisas e publicação na área de conhecimento das ciências sociais aplicadas. Desta maneira pensa-se que mantido o nível de investimentos pelo governo ou aumento deste montante em relação PIB nacional, os pesquisadores poderão contribuir de forma significativa ao desenvolvimento do país.

Referências:

CNPQ – Plataforma Lattes do CNPQ disponível em <www.cnpq.br>. Acesso em: 08 ago. 2015.

MCTI – Banco de dados disponível em www.mcti.gov.br/. Acesso em: 08 ago. 2015

Agradecimentos

PPGDS/UNESC e ao GECOMD.

UMA ANÁLISE DE GASTOS DO GOVERNO DE SANTA CATARINA COM EDUCAÇÃO (1955-2010)

Liara Darabas Ronçani, Alcides Goularti Filho

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS/UNESC)

Introdução

Este trabalho está vinculado a uma pesquisa em andamento, que resultará na elaboração de uma dissertação no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS/ UNESC). O objetivo deste trabalho é realizar um levantamento da trajetória dos gastos com educação do governo estadual de Santa Catarina, entre os anos 1955 e 2010, observando o que estava previsto em cada plano de governo. O trabalho se justifica pela relevância do tema no atual momento da história do Brasil (retomada do planejamento global e setorial a partir dos anos 2000), e pela lacuna que há nos estudos em Santa Catarina que abordem a relação entre Economia e Educação, numa perspectiva histórica e política.

Metodologia

A pesquisa é documental, baseada em fontes primárias, como as Prestações de Contas do Governo do Estado (TCE-SC), leis e decretos, planos governamentais, anuários estatísticos e outros documentos oficiais ou institucionais.

Resultados e Discussão

No passado, diversas ações do Estado nortearam os rumos da educação no país: a Reforma Capanema nos anos de 1930 e 1940; as duas Leis de Diretrizes de Bases da Educação (1961 e 1996); e as reformas conservadoras das leis 5.540/1968 (universitária) e 5.692/1971 (1º e 2º grau). A elaboração e execução dessas ações ocorreram dentro de um movimento mais geral da economia e da sociedade brasileira em que o Estado comandava o processo de desenvolvimento. Em Santa Catarina o planejamento global efetivamente iniciou em 1961 com a execução do Plano de Metas do Governo (PLAMEG) durante o governo de Celso Ramos (1961-1965). Tanto

em nível nacional como estadual, ao longo dos anos de 1960 e 1970 houve a combinação de planos globais e setoriais. Após um período de recuo, orientado pelas políticas neoliberais dos anos de 1990, o planejamento voltou à tona no Brasil, tanto em nível nacional quanto estadual, combinando diversas políticas públicas em estratégias globais e setoriais. Em relação aos gastos do governo estadual catarinense com a função Educação, é possível afirmar que sempre corresponderam à parte significativa dos gastos totais do estado, oscilando entre 12,77% - no final da década de 1990, período em que há um recuo de gastos com Educação em termos relativos – e 26,04%, na década de 1960. Se observarmos a classificação dos setores que receberam os maiores montantes de gastos, na maior parte do período analisado, a função Educação só fica atrás da função Administração e Planejamento. No final da década de 1990, observa-se uma ascensão dos gastos com Assistência e Previdência Social, que ultrapassam os gastos com Educação.

Conclusão

Apesar de ser uma pesquisa em andamento, os resultados parciais já revelam que, durante todo o período analisado, o estado de Santa Catarina destinou parte significativa dos gastos para a função Educação.

Referências Bibliográficas

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Prestação de Contas do Governo do Estado**. Florianópolis (SC): Tribunal de Contas, vários anos.

Fonte Financiadora

Trabalho vinculado ao projeto de pesquisa “Desenvolvimento, Educação e Planejamento em Santa Catarina (1955-2010)”, aprovado pelo edital MCTI/CNPQ/UNIVERSAL 14/2014.

Modalidade: Trabalho completo

2.6 2320

Os limites entre as Políticas Públicas e a Prática Extensionista Popular desenvolvida Território Paulo Freire

Fabrizio Guinzani, Dr. Rafael Rodrigo Mueller, Dra. Kelly Gianezini

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo geral apresentar uma abordagem da prática extensionista desenvolvida no Território Paulo Freire que busca atender as políticas públicas voltadas para a educação universitária. O programa Território Paulo Freire é desenvolvido pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) junto à comunidade do bairro Vila Manaus, na cidade de Criciúma, em Santa Catarina (SC), desde março de 2014. Inicialmente, o estudo traz uma breve reflexão sobre as políticas públicas e a extensão universitária; o segundo tópico apresenta a educação popular como prática extensionista no processo de educação em comunidades, ressaltando a importância da dialogicidade, da observação, da compreensão e a utilização dos saberes populares utilizados no programa em questão. O terceiro tópico explica os procedimentos metodológicos da presente proposição. A pesquisa demonstra que o programa referido sustenta-se na práxis da extensão popular, no qual os professores e acadêmicos utilizam como mediação de suas atividades as práticas pedagógicas e educativas dialógicas segundo os ensinamentos de Paulo Freire, reconhecendo os participantes da comunidade como sujeitos capazes de formar, constituir e concretizar a cidadania em suas relações com os outros e com a comunidade, os quais são agentes transformadores da sua realidade e empoderados de tais práticas auxiliam a universidade a cumprir sua função social.

Palavras-chave: políticas públicas; educação popular; extensão universitária; Território Paulo Freire.

Modalidade: Resumo de Pesquisa

2.6 2240

SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS: O FUNDO DE APOIO À MANUTENÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (FUMDES), EM SANTA CATARINA (SC)

**Camila Bueno Alfredo;
Kelly Gianezini**

**Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina (UNESC)
Grupo de Estudo sobre Universidade (GEU)
Curso de Direito (UNESC)**

Introdução:

O cenário social, econômico e populacional brasileiro está em transformação. As políticas públicas vistas como a ação do Estado na busca do bem comum desempenham importante papel. Dentre as áreas sociais abrangidas pelas políticas públicas sociais está a educação. A Constituição Federal é precisa ao estabelecer como será ofertado e a quem cabe o encargo em relação ao ensino que vai desde a creche até a conclusão do ensino médio, excluindo o nível superior. Compreendida política pública como um agir do Estado, essa ação se dá através de mecanismos internos do próprio Estado. A educação é um dos principais agentes de transformação social, o qual possui grande parcela na formação dos indivíduos. Dentre as muitas modalidades de bolsa de estudos existentes está o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES), foco dessa pesquisa, o qual está previsto no artigo 171 da Constituição do Estado de Santa Catarina. O Estado de SC buscou nas empresas privadas por meio de incentivos um aliado, para proporcionar as pessoas de baixa renda o acesso à educação superior. A relevância social da pesquisa está na necessidade de conhecer quem são as pessoas contempladas para identificar os reflexos do FUMDES na vida delas e conseqüentemente na sociedade. O trabalho tem como objetivos: (a) Analisar a criação do FUMDES; (b) Analisar o impacto dessa política pública na vida dos estudantes contemplados; (c) Identificar

quem são os destinatários das bolsas de estudos ofertadas pelas universidades; e (d) verificar quais são os reflexos e qual o impacto social e econômico gerado pela concessão das bolsas de estudos. Dessa forma questiona-se: como as políticas públicas voltadas para a educação superior são postas em práticas em Santa Catarina? Numa perspectiva mais delimitada, é possível identificar os reflexos das bolsas na vida dos indivíduos.

Metodologia:

Será realizada a revisão da bibliografia, das legislações federais e estaduais. Paralelamente a realização da pesquisa de campo, será realizada entrevistas semiestruturadas com os estudantes contemplados pelo FUMDES.

Resultados e Discussão:

Embora o trabalho se encontre em fase inicial destaca-se o primeiro resultado alcançado: Foi com a falta de previsão constitucional que abriu a possibilidade para criação de políticas públicas mediante a oferta do ensino superior pelo Estado de Santa Catarina por meio de instituições públicas não governamentais e privadas com a concessão de bolsas de estudos.

Conclusão:

Até o presente momento o trabalho alcançou o primeiro objetivo. Preliminarmente pode-se concluir que a criação do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da



Educação Superior em Santa Catarina só foi possível mediante a aliança estabelecida entre o Governo do Estado de Santa Catarina e empresas privadas e instituições públicas não governamentais.

Referências:

SCHMIDT, João Pedro. Para entender as políticas públicas: aspectos conceituais e metodológicos. In: REIS, Jorge Renato; LEAL, Rogerio Gesta (Orgs.). **Direitos sociais e políticas públicas**. Desafios contemporâneos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

SANTA CATARINA, **Constituição do Estado de Santa Catarina**. Ed. atualizada com 68 Emendas Constitucionais – Florianópolis: Assembleia Legislativa, 2013.

Fonte financiadora:

Citar o(s) fomento(s) e/ou apoio recebidos para execução do trabalho.

Modalidade: Resumo de Pesquisa

2.6 2157

A INSERÇÃO DA MULHER COM DEFICIÊNCIA, EGRESSA DO CURSO DE GRADUAÇÃO DA UNESC, NO PERÍODO DE 2006 A 2014, NO MERCADO DE TRABALHO.

Janaía Damásio Vitório¹,

Giani Rabelo²

¹UNESC / Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico

INTRODUÇÃO:

Este estudo se refere a uma pesquisa em andamento, do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (Mestrado) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), que tem o intuito de compreender a condição da mulher com deficiência no mercado de trabalho, egressa do ensino superior. A educação, por muitas décadas, foi marcada por um processo de exclusão, desrespeitando o indivíduo na sua singularidade, sem dar espaço para que este fosse capaz de desenvolver e socializar seus conhecimentos e habilidades. Mello (2012) nos traz que a revisão das políticas públicas que aconteceram a partir do século XXI está presente no cenário atual que apresenta o crescimento no número de pessoas com deficiência na rede regular de ensino e no ensino superior. O INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa) mostra que as matrículas de pessoas com deficiência aumentaram quase 50% nos últimos quatro anos, sendo a maioria em cursos de graduação presenciais (INEP, 2014). A questão da pessoa com deficiência, em décadas passadas, foi vista no que se refere o modelo biomédico, onde se verificava e buscava possibilitar a inserção da pessoa com deficiência com vista a funcionalidade do sujeito. Frente a isto, esta pesquisa busca dar visibilidade a um grupo social duplamente marginalizado, pelo fato de serem mulheres e a questão da

deficiência. A pesquisa então pretende analisar a inserção das mulheres com deficiência, egressas dos cursos de graduação da Unesc no mercado de trabalho, com o intuito de conhecer seu papel no desenvolvimento socioeconômico da região, enquanto força de trabalho, levando-se em consideração o processo de divisão sexual do trabalho e, conseqüentemente, as relações de gênero.

RELEVÂNCIA DA PESQUISA:

A relevância desse estudo se dá principalmente, em função da invisibilidade das mulheres deficientes no mercado de trabalho, inclusive quando são portadoras de um diploma de ensino superior.

CONTRIBUIÇÕES ESPERADAS DA PESQUISA:

Pretende-se contribuir para uma reflexão acerca da forma como vem ocorrendo a inserção e permanência das mulheres deficientes no mercado de trabalho, a fim de dar visibilidade a estes sujeitos que socialmente sofrem uma dupla marginalização, por serem mulheres e deficientes. Fazer um levantamento de informações, a fim de traçar uma caracterização das egressas da UNESC com deficiência, buscando compreender de que modo a graduação teve contribuição para sua colocação profissional, como também se a sua posição no mercado está adequada à sua área de formação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, com a

utilização de questionários e história oral (CHIZZOTTI, 2014). Serão aplicados questionários às egressas dos cursos de graduação da UNESC, que concluíram sua formação entre os anos de 2006 a 2014 ao todo são 38 egressas que se auto declararam deficientes (dados obtidos no departamento de tecnologia informação/UNESC). O questionário será enviado as 38 egressas, e serão selecionadas 4 egressas, sendo uma de cada Unidade Acadêmica (Ciências Sociais Aplicadas, A seleção e dará por sorteio. As informações relacionadas às egressas serão solicitadas pela pesquisadora via TI – Setor de Tecnologia da Informação com o objetivo de obter o contato das mesmas. As entrevistas com as 04 egressas serão agendadas previamente em local de fácil acesso para as entrevistadas.

REFERÊNCIAS:

CHIZZOTTI, ANTÔNIO. PESQUISA QUALITATIVA EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS/ ANTÔNIO CHIZZOTTI. 6. ED. – PETRÓPOLIS, RJ: VOZES, 2014. INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 09 DE SETEMBRO DE 2014. DISPONÍVEL EM [HTTP://PORTAL.INEP.GOV.BR/VISUALIZAR/-/ASSET PUBLISHER/6AHJ/CONTENT/MATRICULAS-NO-ENSINO-SUPERIOR-CRECEM-3-8](http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6ahj/content/matriculas-no-ensino-superior-crecem-3-8) ACESSO EM 12/07/2015.

MELLO, ANAHI GUEDES DE, ADRIANO HENRIQUE NUERNBERG. **GÊNERO E DEFICIÊNCIA: INTERSEÇÕES E PERSPECTIVAS.** REV. ESTUD. FEM. VOL.20 NO.3 FLORIANÓPOLIS SEP T./DEC. 2012.

INEP -INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 09 DE SETEMBRO DE 2014. DISPONÍVEL EM [HTTP://PORTAL.INEP.GOV.BR/VISUALIZAR/-/ASSET PUBLISHER/6AHJ/CONTENT/MATRICULAS-NO-ENSINO-SUPERIOR-CRECEM-3-8](http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6ahj/content/matriculas-no-ensino-superior-crecem-3-8) ACESSO EM 12/07/2015

